

MASCULINO E FEMININO NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA
MASCULINITY AND FEMININITY IN THE CONTEMPORARY FAMILY

Teresa Creusa de Góes Monteiro Negreiros*
Terezinha Féres-Carneiro**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir questões referentes aos papéis de gênero nas relações familiares contemporâneas, onde coexistem o “modelo antigo” e o “modelo novo” de família, ressaltando a tensão existente nos registros identificatórios da “nova” mulher e do “novo” homem. Lançando mão de contribuições teóricas da psicologia social e da psicanálise, utilizamos os conceitos de papel, identidade, ideais, identificação e expectativas para compreender as mudanças na família e a transformação do masculino e do feminino na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE

Papéis de gênero; identificação; família.

GÊNERO: PAPEL E IDENTIDADE

Neste texto destacaremos o masculino e o feminino como papéis de gênero. Ou seja, sem prescindir de sua natureza anatômica, será privilegiada a categoria sexo desbiologizada e integrada às redes de relações institucionais e culturais em que se inserem o sujeito e a família. Entendemos que não existe um conteúdo universal para os papéis de gênero, pois estes são construções históricas, sociais e culturais e através deste prisma desenvolveremos nossas reflexões sobre mudanças de tais papéis ocorridas nos últimos tempos e suas implicações nas famílias das camadas médias dos grandes centros urbanos .

Papel, tal como formulado por Goffman (1975) e Berger (1978), é concebido como um conjunto de prescrições e proscições para determinada inserção no meio social. Tal noção compreende direitos e deveres, com as respectivas sanções, numa determinada condição. Os papéis masculino e feminino configurariam tipificações do que seria pertinente ao homem e a mulher num dado contexto.

*Professora Assistente – Doutora em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

** Professora Titular – Doutora em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Englobam aprovações, restrições e proibições que seriam apreendidas e transmitidas ao longo de gerações e durante o percurso da vida, do bebê ao idoso.

Algumas abordagens tradicionais da psicologia social e da psicologia do desenvolvimento, desde há muito, focalizam a socialização dos papéis, como a teoria da aprendizagem social de Bandura (1971) e a teoria do desenvolvimento cognitivo de Kohlberg (1966). Esses autores, em suas inúmeras pesquisas, estudaram aspectos variados quanto à aprendizagem de papéis masculino e feminino, mas ambos postularam que as diferenças psicossociais entre meninos e meninas são de certo modo absorvidas, desde tenra idade, porque os agentes socializadores influenciam, através de expectativas, reforços, disposições, atitudes e comportamentos típicos para cada sexo, uma noção do que é ser homem ou ser mulher, e do que é esperado, permitido, consentido e excluído para tal. Além do mais, essas noções são mantidas, porque meninos e meninas inclinam-se mais a imitarem os seus iguais do que os do outro sexo, baseando-se tanto na observação direta, como na interpretação do que percebem como “masculino” e “feminino”.

A dicotomia sexual homem-mulher com características e peculiaridades próprias e mutuamente exclusivas - assumida por pais, familiares, escola, meios de comunicação e sociedade em geral, é incorporada como uma forte formação, através do desenvolvimento humano. Assim, como assinalou Biaggio (1976), os desempenhos esperados culturalmente - que os meninos sejam, “fortes, independentes, agressivos, competentes e dominantes”, e as meninas “dependentes, sensíveis, afetuosas e que suprimam seus impulsos agressivos e sexuais”, de algum modo, formam conjuntos de disposições diferenciais a serem seguidos. E, conforme a clássica hipótese de Parsons (1964), orientam-se os meninos de uma forma instrumental, com ênfase na competência e capacidade para a ação - respostas impessoais - e as meninas para uma dimensão expressiva, com foco na ternura e no bem-estar dos outros - respostas pessoais.

Kohlberg já registrara, porém, há várias décadas, a importância da interação contínua, isto é, apesar de as atitudes dos adultos emergirem de uma aprendizagem infantil inicial, elas configuram, a cada momento, uma reestruturação das concepções e dos valores anteriores. Trata-se, pois, de uma avaliação cognitiva gradativa e permanente do que é, ou não, adequado como pauta de conduta, feminina ou masculina a ser seguida e não de um modelo rígido a ser imitado através do ensinamento direto, de prêmio-castigo, pelo acerto-erro da resposta ou da mera observação das referências de cada gênero. A experiência com o meio social estimularia, assim, uma reorganização das concepções, conforme oportunidades e recompensas acompanhem atitudes e comportamentos adotados como masculinos ou femininos.

No entanto, em investigação contemporânea sobre crenças e valores de adolescentes das camadas médias urbanas acerca da família, do casamento, da separação e de projetos de vida, foram evidenciadas diferenças relevantes entre meninos e meninas (WAGNER, FALCKE E MEZA, 1997). Entre os jovens estudados, a crença de que as pessoas se casam por amor e de que se separam quando o amor acaba tornou-se consenso. Contudo, observa-se que essa crença é predominante entre as meninas, realçando as diferenças entre os gêneros. Os resultados obtidos, pois, nos permitiram concluir que os aspectos relacionados aos sentimentos e à subjetividade ainda se encontram mais associados ao sexo feminino, enquanto a praticidade e a objetividade predominam nos padrões de relacionamento do sexo masculino.

Também em pesquisas sobre a construção da identidade conjugal no casamento contemporâneo (FÉRES-CARNEIRO, 2001), encontramos diferenças semelhantes entre homens e mulheres adultos. As mulheres descreveram a escolha amorosa como “apaixonada” e como “amor à primeira vista” e definiram casamento como “relação amorosa”, realçando uma perspectiva romântica e subjetiva. Por outro lado, os homens ressaltaram a “atração física” na escolha amorosa e definiram o casamento como “constituição de família”, enfatizando aspectos objetivos e práticos. Resultados similares foram também observados em pesquisas anteriores (MAGALHÃES, 1993; FÉRES-CARNEIRO, 1997).

Em relação à identidade, consideramos a contribuição psicanalítica um campo fértil para a compreensão de sua formação e desenvolvimento, através da noção de identificação. Por isso dela partimos para desenvolvermos a temática, pois concordando com Tucker & Money (1981), entendemos que a identidade e o papel sexual não são dois conceitos distintos, mas aspectos diferentes - verso e reverso - da mesma questão. O papel expressaria publicamente a identidade sexual e esta seria a experiência particular daquele.

Identificação, por sua vez, compreende o processo através do qual se assimila um aspecto, um atributo, uma característica, uma imagem, um traço do outro e, segundo esta referência, se transforma. A identidade se produz e se refaz através deste processo, ao longo da vida de cada ser humano. Trata-se de um modo de constituição psicológica segundo um outro.

Na perspectiva psicanalítica freudiana, identificação foi apresentada como “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (FREUD, 1921, p.133). A fase fálica estaria ligada à identificação das crianças aos pais do mesmo sexo. O menino nutria desejos de possuir a mãe, sendo detido pela figura do pai - rival que o ameaçaria com a castração e com o qual se identificaria para, em sendo como ele, um dia poder realizar seu desejo em relação ao objeto amoroso.

A resolução do conflito edípico, na menina, passou por reformulações (FREUD, 1905, 1923, 1924, 1925). No texto “Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os

sexos”, o autor consolida a idéia de que, após a ligação inicial com a mãe, comum aos dois sexos, será a própria constatação de ser castrada como a mãe, e a conseqüente “inveja do pênis”, que levará a menina a uma identificação com ela. Ou seja, abandona-a como objeto sexual, por não lhe ter proporcionado um pênis e volta-se para o pai que lhe poderá dar, como o fez com a mãe, um filho-pênis, caso se identifique com ela. E as figuras parentais introjetadas a partir do Édipo abririam caminho para outros modelos culturais a serem absorvidos, durante a vida.

De qualquer forma, Freud (1921, p. 133) adverte: “a identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo do afastamento de alguém”. E, dentre as várias revisões apresentadas por seguidores da psicanálise a respeito do processo de identificação, destacamos as colocações de Bleichmar (1988) e de Chodorow (1990).

A primeira propõe que este se opera por múltiplas vias pautadas pelos ideais de masculinidade e feminilidade preponderantes na família e na cultura em que se está inserido.

...desde as origens míticas, a identificação acontece pela tomada do valor do modelo. A sintaxe, sobre a qual se articula ‘eu desejo ser como tu’, deriva do fato que o tu é avaliado, ainda no registro mais elementar, como possuindo uma qualidade superior (BLEICHMAR, 1988, p. 47).

Porém, para esta autora, no desenvolvimento psicosssexual da menina, tal como sugerido por Freud, este modelo já estaria, em princípio, comprometido com algum tipo de desqualificação, pois o abandono do primeiro objeto amoroso teria se efetuado a partir de uma desvalorização e não de uma proibição-interdição, como no caso masculino. Em suas formulações, contudo, ela enfatiza a identidade de gênero anterior ao reconhecimento e aceitação da diferença anatômica entre os sexos, ou seja, com a mãe toda poderosa da primeira infância e que corresponde ao seu ego ideal feminino primário.

Nessa mesma linha de argumentação, Chodorow (1990) afirmara também que o período de simbiose entre mãe e filha é mais intenso e demorado do que entre mãe e filho, além de constituir-se a mãe, em nossa cultura, num modelo mais presente durante a infância, enquanto o pai seria um modelo ausente. Esta condição conduziria a processos de identificação distintos entre os dois gêneros, isto é, a menina se encaminharia para uma reprodução mais fiel de pautas de conduta materna, posto que a distância e a ausência paterna favoreceriam uma identificação mais diferenciada. Ou seja, o menino aprenderia a ser homem sozinho, identificado com um “pai-herói”. Assim, as mulheres teriam suas identidades marcadas pela condição de serem mães (gerar e cuidar) e os homens pela condição de não-pais.

De qualquer modo, como sinaliza Laplanche & Pontalis (1983, p. 229): “O ideal de ego é constituído por identificações com ideais culturais não necessariamente harmonizados entre si”. E, tanto homens como mulheres, da infância ao envelhecimento, tomam modelos de identificação variados e têm que lidar com múltiplos papéis.

Consideramos que, na série identificatória intrínseca ao processo de constituição e de diferenciação da personalidade, que principia na relação mãe-bebê e se prolonga por toda a vida, cada membro significativo da estrutura familiar, e mesmo da esfera social mais próxima, pode representar um elemento importante. Em estudos sobre as influências da conjugalidade sobre a subjetividade, analisamos como a experiência amorosa participa nesse movimento de construção do “eu”, e como os parceiros representam elementos significativos no processo de identificação, realçando a idéia de que o sujeito não somente repete padrões assimilados, mas também os recria. Dessa forma, entendemos que modelos de identificação variados estendem-se para além dos pais, transformando a subjetividade a partir da possibilidade de recriar padrões introjetados (FÉRES-CARNEIRO & MAGALHÃES, 2001; MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2003).

DINÂMICA FAMILIAR ATUAL: MODELO ANTIGO X MODELO NOVO

Desde duas décadas, um considerável número de estudos psicossociais em nosso país dentre eles Figueira (1981, 1987, 1991), Magalhães (1993), Nolasco(1993, 1995), Negreiros (1996), Féres-Carneiro (1998) e Jablonski (1998), ao abordarem temas como visão de mundo, representações sociais, apreensão de valores, relações familiares, casamento, separação, maternidade, e outros, inseridos nos segmentos médios urbanos, atestam um fenômeno comum: a convivência de representações tradicionais e modernas, a despeito da aparência de substituição de modelos antigos por novos. A partir desses estudos, destacamos o conceito de “desmapeamento”, desenvolvido por Figueira (1981). Como o termo equivocadamente pode sugerir, não se trata de ausência de mapas, mas da convivência conflituosa de dois modelos: um tradicional e outro igualitário. Ou seja, o novo e o antigo convivem na subjetividade, sem que o primeiro tenha substituído o segundo, como aparentemente pode-se supor.

No “modelo antigo” os dois sexos são concebidos como “naturalmente” diferentes, tanto bio-psíquica como socialmente. As identidades masculinas e femininas configuram-se demarcadas com precisão - o que cabe a um exclui o outro, quer em comportamentos, atitudes, sentimentos, inclinações ou interesses.

O casamento é considerado indissolúvel, monogâmico e ligado à reprodução. Abriga duas ordens de responsabilidades morais. A masculina é fundada na relação com o trabalho e na virilidade - manutenção econômica da família e atitude protetora para com os seus membros. A feminina está calcada na preservação da sexualidade e no exercício da maternidade - virgindade pré-nupcial, fidelidade conjugal e dedicação ao lar e filhos. Na organização familiar, verifica-se uma clara e explícita assimetria entre homem-mulher e adulto-criança, os primeiros sendo porta vozes da autoridade, detentores de saber e poder. A dimensão pública-masculina é mais valorizada que a privada-feminina, e a participação do homem ou da mulher na área pertencente ao outro é eventual e descontínua. O ponto de equilíbrio se dá na aceitação - acordo tácito - de que cada um deve fazer o melhor possível em seus domínios excludentes.

O “modelo novo” é marcado pelo fenômeno do individualismo, peculiar dos grandes centros urbanos brasileiros e absorvido principalmente pelos segmentos médios, onde o processo de modernização se expandiu intensa e rapidamente, conforme afirma, entre outros, Velho (1981, 1985, 1989). Duarte (1995) ao discutir esta questão, destaca o conceito de ideologia familialista e pontua diferenças em relação aos diversos segmentos sociais. Ressalta que a maior parte das afirmações de senso comum relativas à família no mundo ocidental moderno estão relacionadas às camadas médias que muitas vezes se apresentam como vanguarda da individualização, enquanto as camadas populares, que apresentam uma individualização independente da ideologia familialista, ficam subordinadas às necessidades da unidade doméstica, na qual destacam-se, sobretudo, as estratégias de sobrevivência.

No “modelo novo” de família, as fronteiras de identidades entre os dois sexos são fluidas e permeáveis, com possibilidades plurais de representação: mulher oficial de forças armadas, homem dono-de-casa, mãe e pai solteiros, mulher chefe de família, casais homossexuais masculinos ou femininos, parceiros masculinos mais jovens, casal sem filhos por opção, produção independente, bebê de proveta e demais possibilidades que a evolução científica permite ou está em vias de possibilitar, tal como a discutida clonagem humana.

A instituição casamento já traz, em si, o embrião da dissolução - desde a ligação informal e descomprometida até o divórcio, crescentemente observado. A sexualidade dos parceiros é desvinculada da reprodução ou de uma resposta feminina ao desejo masculino. No interior da relação é esperado que o homem seja, ao menos, um coadjuvante na criação dos filhos e nas lidas domésticas, e que a mulher exerça, no mínimo, um papel auxiliar quanto à economia da família. As peculiaridades de cada membro do casal - companheiros nas obrigações e prazeres - e as necessidades emergentes substituem a hierarquia por sexo ou faixa etária. Ou seja, deveres e privilégios são compartilhados,

bem como é enfatizada a atenção e pretendido o apreço aos desejos, às idéias e aos projetos dos filhos - crianças ou adolescentes.

Verificamos que os ideais e as expectativas veiculadas pelo “modelo novo” de casamento e de família foram evidenciados em estudos sobre ruptura e manutenção do casamento (FÉRES-CARNEIRO, 1995) e sobre a construção da identidade conjugal (FÉRES-CARNEIRO, 2001), apresentando diferenças entre homens e mulheres. Esses ideais parecem ter sido mais absorvidos pelas mulheres, que manifestaram freqüentemente expectativas igualitárias, enquanto os homens mostraram-se mais apegados aos valores tradicionais. As mulheres apresentaram ainda maior possibilidade de realizarem mudanças e também de romperem o casamento do que os homens. Esses resultados podem sugerir que as diferenças entre os gêneros, ainda hierarquizadas, sobrecarregam as mulheres que expressam almejar renovações e rupturas com as desigualdades de condições experimentadas.

A partir dos estudos mencionados, podemos destacar alguns fatores que, em seu conjunto, contribuíram para a expansão do “modelo novo” de família, nas camadas médias urbanas brasileiras, nas últimas décadas: o crescimento da economia, possibilitando uma mobilidade social ascendente dos setores médios; a inserção da mulher no mercado de trabalho, modificando o cotidiano familiar; o poder do homem, baseado na relação econômica, como único provedor, caindo em contradição; a escolaridade crescente da mulher, ampliando o seu nível de compreensão; os avanços da medicina, permitindo um controle efetivo da função reprodutora; a rapidez da transmissão de informações através da informatização e dos meios de comunicação de massa, permitindo uma constante exposição aos novos acontecimentos; mudanças jurídicas, garantindo direitos à mulher; progressos científicos e tecnológicos, abrindo espaços diversos.

A mulher, ao ingressar no mundo do trabalho extra-doméstico, munida de escolaridade superior - ora conseguida por abdicar do casamento, ora obtida a custo de sua ruptura, ora perseverada dentro de sua manutenção - filtrou valores herdados e reafirmou suas conquistas - direito à cidadania, à sexualidade, à visibilidade científica, literária e histórica. Mas qual o peso dos valores plantados em suas raízes, nesta fase de sua existência? Se a mulher alcançou um lugar no mundo masculino, garantiu também seu espaço no que idealizou, em diferentes etapas de sua existência, como feminino?

Em investigação por nós desenvolvida com mulheres de meia idade com escolaridade superior dos extratos médios urbanos (NEGREIROS, 1996), captamos tensão entre esses registros identificatórios da “nova” mulher, condizentes com a noção de “desmapeamento”, formulada por Figueira (1981). Trata-se da consolidação de uma identidade profissional, acoplada a papéis masculinos, em contraposição a uma nostalgia narcísica da grande mãe sábia, generosa, transmissora

do afeto e do poder, tal como uma imagem mítica, representante da segurança e do equilíbrio, uma fonte inesgotavelmente procurada. Os discursos da “nova” mulher expressaram, além de sentimentos de culpa pela dificuldade de conciliação de interesses extra-domésticos e realizações na dimensão pública com os papéis femininos internalizados, uma aspiração de volta, algo mágica, ao mundo privado, de resgate de um “reinado” no lar, para obter paz, aconchego e plenitude.

Supomos, pois, que ligações com raízes tradicionais, ainda presentes, abalem os novos alicerces e façam com que experiências da vida adulta, tanto de homens como de mulheres, tornem-se passíveis de serem sentidas como insatisfatórias, contendo esforços vãos, incertezas, desconfortos, relacionamentos efêmeros e frustrantes, separações, competição e solidão. Nem a mulher encontra o seu “príncipe encantado”, na forma de pai protetor, nem o homem conquista a sensual parceira, que também seria mãe acolhedora.

Olhando para trás, no entanto, diante do testemunho feminino das gerações anteriores - via observação direta nas próprias famílias, ou indireta por meio da literatura, cinema, televisão, etc - o “antigo” não se apresenta como uma perspectiva atraente. Não é difícil constatar que a assimetria de direitos e deveres foi uma “cruz” que as antepassadas tiveram que carregar. Retroagir ao modelo anterior, assim, seria inconcebível. O destino da mãe precisa, antes de tudo, ser evitado.

É como se a “nova” mulher vivesse o paradoxo de uma terceira opção idealizada e inacessível. Os dois modelos - antigo e novo - configuram-se testados e desaprovados, muito embora nem o primeiro jamais tenha sido por ela vivido em seu formato original (face às transformações ocorridas), nem o segundo sequer tenha conseguido se instalar mais efetivamente (novos papéis da mulher como geradora de renda substantiva não foram, por exemplo, acompanhados por novas atribuições domésticas e paternas dos homens, no cotidiano). O incômodo resulta provavelmente da ambivalência em relação aos dois - há uma percepção de inadequação das tradicionais pautas de conduta quanto às requisições do presente, mas, por outro lado, os padrões que as substituíram parecem não trazerem a almejada sensação de gratificação, isto é, antes são percebidos como pesados, frustrantes, incompletos.

Quanto ao “novo” homem, em seus estudos sobre a masculinidade, Nolasco (1993, 1995, 2001) refere-se à banalização das representações sociais masculinas, como opostas às novas representações femininas (assim como também de negros e de homossexuais). Essas representações teriam passado a ocupar o lugar de “inimigo”, impedindo a dialética do esclarecimento. Como alternativas para este impasse, o autor ressalta a desconstrução da virilidade truculenta (interpretada como possível dúvida sobre a identidade sexual do homem, comprometido em provar e prover) e a construção da paternidade. Esta última não apenas no sentido clássico de proteção material e moral

- incumbência masculina do pai - mas com uma “possibilidade de ampliação de suas dimensões internas e de renovação de sua relação com a vida” (NOLASCO, 1993, p.170)

FIM DA FAMÍLIA?

Vários autores sinalizam que, na sociedade atual, fomenta-se o sujeito auto-absorvido, competitivo, eterno produtor-consumidor, que acaba por adotar uma forma hedonista e materialista, na qual viver significa procurar sensações prazerosas e imediatas, sem medir os meios e as conseqüências. Lasch denuncia esta cultura predatória em dois momentos de sua obra. No primeiro denominando-a “cultura de sobrevivência”, pelo desamparo e impotência típicos do que chamou de “mínimo eu” (Lasch, 1984). No segundo, apontando a precariedade da estrutura e dinâmica da família, ou, nas suas próprias palavras:

A situação da família espelha assim a situação da sociedade como um todo que criou uma sensação sempre presente de ameaça e reduziu a vida social a um estado de guerra, freqüentemente empreendido sob a aparência de uma cooperação amistosa. (LASCH, 1991, p. 204).

Viver numa cultura orientada para o lucro, para o novo e para o belo significa também alimentar a insegurança e o temor, isto é, a realidade externa traz à tona os fantasmas da realidade psíquica. Paira, neste cenário, uma ameaça de ruptura, de efemeridade, com empobrecimento das relações humanas. A família extensa – avós, pais, filhos, tios, sobrinhos e demais parentes e agregados - transformou-se em um pequeno núcleo – pais e filhos e daí para lares de mãe e filhos ou para o casal sem filhos, ou ainda, para os crescentes lares unipessoais. Quanto ao universo afetivo e sexual, as dificuldades se ampliam, pois sensações prazerosas e imediatas elevaram-se, nesta sociedade narcisista e neófila, à categoria de valor máximo. Todos os amores são descartáveis e renováveis - amigos, companheiros, parentes.

Os adultos vêm sua geração premida por valores assumidos pela anterior, a de seus pais, que se ampara nos “direitos adquiridos” frente aos filhos e pela posterior, a de seus filhos, criados num contexto de relações familiares mais igualitárias. O que antes era validado como direito inquestionável, hoje se inverte, sendo até passível de ser rotulado como neurose e/ou imaturidade de pais exacerbadamente reivindicadores ou excessivamente possessivos, a exemplo de difundidos *clichés* de mãe “simbiótica”, pai “castrador”, etc. Assim, ao cumprir papéis paradoxais, a “nova” mulher e o “novo” homem precisariam se comportar à antiga, disponíveis e atentos para seus pais e avós, e mostrarem-se atualizados e desprendidos diante de seus filhos. Assim sendo, se por um lado estão presos a uma crença na autonomia econômica e psicológica do adulto, por outro vivenciam a

dependência típica da relação intergeracional, quando há pais mais velhos e frágeis, filhos pequenos ou enfermos na família. E se os adultos arcam com despesas e providências dos dependentes, certamente cuidados mais intensos pesarão mais sobre o grupo feminino, que fica mais exposto às dificuldades domésticas cotidianas.

Em estudo recente (NEGREIROS, 2002), discutimos como num panorama sócio-cultural de mudanças aceleradas, já não há um lugar social definido para os mais velhos. E o mais incrível não é a construção desta etapa por uma geração, mas as redefinições dos espaços públicos e privados que isto envolve. Se antigamente a tradição e a continuidade de papéis sociais calcavam-se em modelos das gerações precedentes, hoje em dia, em nossa sociedade descontínua, são as novas gerações que tendem a ser imitadas pelos mais velhos, em vestuário, exercícios físicos, locais da moda, eventos socioculturais, etc... E, ainda, desfaz-se a rede de apoios solidários e estáveis que assegurava aos mais velhos um novo *status* - o de avós - após a aposentadoria pública (do trabalho) ou doméstica (saída dos filhos de casa). O potencial poder familiar dos idosos estará, senão nulo, diminuído, diante de outros agentes educacionais, médicos e psicológicos aos quais será confiado o neto. Os que estão envelhecendo, conseqüentemente, procuram manter um “apogeu idealizado”, deixam a desqualificada posição de avós para a geração dos bisavós, tentam viver uma “eterna meia-idade”, até que, com o passar dos anos, uma temida enfermidade física ou psíquica inviabilize a pretendida autonomia.

Os adultos, ocupados em produzir e consumir, não têm disponibilidade para o cuidado e atenção com os idosos, os doentes, tampouco com as crianças. Ainda que estas funções estejam localizadas na esfera feminina, as mulheres, ao se deslocarem para o mundo masculino, subtraem esses encargos da forma que lhes é possível. Portanto, creches, hospitais, asilos acolhem os “fardos” insuportáveis à dinâmica familiar. Assim, o lar como unidade de afeto e abrigo, espaço de amor, solidariedade e segurança, parece que está dissolvendo-se. Mas não se pode concluir daí, como nos diz Castells (1999), que chegamos ao fim da família. O que se dissolveu foi a família idealizada. A regra é a diversidade e a solicitação é a criatividade de pautas de conduta, sem um referencial de apoio ou um modelo a seguir. Ou seja, o adulto tem que inventar sua maturidade, como o jovem sua juventude, a criança sua infância e o idoso seu envelhecimento, através de fragmentos de modelos identificatórios renováveis, sem um roteiro a seguir.

Muitas vezes esta família idealizada é atualmente procurada em grupos religiosos ou grupos de mútua ajuda, tais como os alcoólicos anônimos e demais inspirados neste, os quais proliferam nos centros urbanos. Através deles, busca-se uma estrutura de apoio e de laços afetivos que promovam uma identificação entre os participantes e que funcione como um espaço coletivo (família imaginária)

de proteção e afirmação, para recodificar representações e redimensionar valores. Outras vezes é através de várias modalidades de psicoterapia (incluindo a familiar), que se tenta o resgate dessa idealização.

De qualquer modo, o fato é que novas configurações familiares estão sendo vivenciadas e ainda é cedo para avaliar os resultados. Há várias crianças e adolescentes criados em famílias há pouco concebidas como marginais ou mesmo inconcebíveis – a exemplo de casais homossexuais que adotam ou inseminam artificialmente um filho. Ou de mães tardias, que evitaram a maternidade na idade fértil, quando estavam por demais ocupadas com sua inserção e ascensão profissional. Ou ainda, de adultos que voltam aos lares paternos após casamentos dissolvidos, com ou sem filhos, por razões econômicas, e mais um sem número de arranjos complexos, para além de um grupo estável constituído por esposos e filhos, ordenados por obrigações legais e orientados para *scripts* previsíveis. Os grupos familiares atuais convivem com uma flexibilidade de papéis masculinos e femininos e traduzem arranjos mais ou menos improvisados para dar conta da multiplicidade de tarefas e de afetos a elas subjacentes – amor, ódio, medo, esperança, raiva, inveja, respeito, culpa e todo um arco-íris de sentimentos advindos de um convívio próximo e potencialmente dissolúvel.

O que presenciamos hoje é a mudança no próprio conceito de família e a transformação do “masculino” e do “feminino”. A divisão de papéis constituinte do “modelo antigo” onde o homem é o provedor e a mulher é a responsável pela casa e pelo cuidado dos filhos não perdura no modelo atual de família. Em pesquisas anteriores realizadas com segmentos médios da população (FÉRES-CARNEIRO, 1987, 1995) encontramos em diversas famílias mulheres com ganhos financeiros superiores aos dos homens. E, no entanto, consideramos que em alguns casos nem sempre se confirma o dito popular “quem traz a grana manda na choupana”, pois quando é a mulher a principal provedora, a culpa pelo exercício de “papéis masculinos” pode ser um fator de manutenção do *status-quo*.

De qualquer modo, na transformação do conceito de família, vários mitos da família organizada, próspera e feliz estão se desfazendo. Mas ainda é cedo para avaliarmos os resultados de tantas e tão diversificadas relações familiares num mundo plural e complexo como o atual. Neste trabalho, calcado em pesquisas contemporâneas realizadas com sujeitos oriundos dos segmentos médios de grandes centros urbanos, especialmente da cidade do Rio de Janeiro, e com o apoio de abordagens teóricas da Psicologia clássica e de suas revisões, não pretendemos tecer generalizações ou conclusões apressadas e equivocadas. Apenas tentamos chamar atenção para mudanças na relação homem-mulher na atualidade e suas implicações nos contextos familiares estudados.

E, principalmente, entendendo gênero como expressão cultural de diferenças entre os sexos, constituindo-se pois num produto social, aprendido, representado e transmitido ao longo de gerações, buscamos ressaltar dois pontos básicos: o primeiro diz respeito à aparência moderna que muitas vezes encobre emoções antigas e posturas conservadoras; o segundo assinala que não precisamos ter uma visão catastrófica nem utópica sobre a família de hoje. É importante manter uma postura crítico-reflexiva e não preconceituosa sobre as novas configurações familiares, na medida em que as novas famílias estão abrindo mão de uma dimensão maniqueísta, que opõe masculino e feminino, o que sem dúvida pode contribuir para o estabelecimento de uma nova ótica e de uma nova ética das relações entre homens e mulheres no contexto sócio-familiar contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDURA, A. **Psychological Modeling: conflicting theories**. Chicago: Aldine-Atherton Publ. Co., 1971.
- BERGER, P. **Perspectivas Sociológicas. Uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BIAGGIO, A. **Psicologia do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BLEICHMAR, E. **O Feminismo Espontâneo da Histeria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- CASTELLS, M. (1999). **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CHODOROW, N. **Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- DUARTE, L.F.D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: I. RIBEIRO, Y. & RIBEIRO, A. C. (Orgs). **Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 57-81.
- FÉRES-CARNEIRO, T. Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 3, n. 3, p. 250-261, 1987.
- _____. Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.2, n.44, p. 67-70, 1995.
- _____. Escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.10, n. 2, p. 351-368, 1997.
- _____. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 379-394, 1998.
- _____. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: T. Féres-Carneiro. **Casamento e Família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001, p. 67-80.
- FÉRES-CARNEIRO, T. e MAGALHÃES, A. S. Retour de la conjugalité sur la subjectivité des partenaires: une question pour la clinique psychanalytique du couple. **Génération - Revue française de thérapie familiale**, Paris, v. 23, n.3, p. 43-49, 2001.
- FIGUEIRA, S.A. Modernização da Família e Desorientação; Uma das Raízes do Psicologismo no Brasil. In: Figueira, S. A. (org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 142-147.
- _____. (org.) **Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- _____. **Nos Bastidores da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

- FREIRE COSTA, J. Narcisismo em Tempos Sombrios. In: Birman, J. (org.). **Percursos na História da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Taurus, 1988, p. 151-174.
- FREUD, S. Sobre a Psicoterapia. **Edição Standart**, v.7, 1905.
- _____. Psicologia de Grupo e Análise do Ego. **Edição Standart**, v. 18, 1921.
- _____. O Ego e o Id. **Edição Standart**, v. 19, 1923.
- _____. A Dissolução do Complexo de Édipo. **Edição Standart**, v. 19, 1924.
- _____. Algumas Conseqüências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos. **Edição Standart**, 19, 1925.
- GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- KOHLBERG, L. A Cognitive-Developmental Analysis of Children's Sex-role Concepts and Attitudes. In: Maccoby, E. **The Development of Sex Differences**. Califórnia: Stanford Univ. Press, 1966, p. 67-78.
- JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe. A crise do casamento contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1983.
- LASCH, C. **O Mínimo Eu**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Refúgio Num Mundo Sem Coração. A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MAGALHÃES, A. S. Individualismo e conjugalidade: um estudo sobre o casamento contemporâneo. 1993, 132 pp. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Departamento de Psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES, A. S. ; FÉRES-CARNEIRO, T. A conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do "eu". **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, n. 175, nov 2003.
- MONEY, J & EHRHARDT, A. **The Differentiation and Dimorphism of Gender Identity from Conception to Maturity**. Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1972.
- NEGREIROS, T. C.G.M. **A "Nova" Mulher em Processo de Envelhecimento: Confrontos e Conflitos**. 1996, 220 pp. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- _____. (org.). **A Nova Velhice: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.
- NOLASCO, S. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. **A Desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.
- _____. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- PARSONS, T. Age and sex in social structure. In: Coser, R.L. (ed.). **The family, its Structure and Functions**. New York: St. Martin Press, 1964, 108-115.
- TUCKER, P. & MONEY, J. **Os Papéis Sexuais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- VELHO, G. **Individualismo e Cultura: Notas Para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. A Busca de Coerência: Coexistência e Contradições entre Códigos em Camadas Médias Urbanas. In: Figueira, S. A. (Org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 169-178.
- _____. **A Utopia Urbana: um estudo de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- WAGNER, A.; FALCKE, D. & MEZA, E. B. D. Crenças e valores dos adolescentes acerca da família, casamento, separação e projetos de vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.10, n.2, p. 155-167, 1997.

ABSTRACT

This paper has the aim of discussing issues regarding gender roles in contemporary family relationships, where “new” and “old” family models coexist, highlighting the tension existent in the identifications of the “new” woman and the “new” man. In accordance with theoretical contributions stemming from the areas of social psychology and psychoanalysis, we use the concepts of role, identity, ideals, identification and expectations to understand changes in the family, as well as the transformation of masculinity and femininity in contemporary society.

KEYWORDS

Gender roles; identification; family.

Recebido em: 02/09/03

Aceito para publicação em: 04/08/04

E-mail: teresagoes@openlink.com.br, teferca@psi.puc-rio.br